

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

1. Contexto Operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional Rondônia, é uma entidade de direito privado, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942, que tem por objetivo realizar a aprendizagem industrial, assistir aos empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento, formação profissional de trabalhadores na indústria, conceder bolsas de estudo e cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse do setor industrial.

É uma entidade de ensino, gestora de contribuições sociais, nos termos dos artigos 149 e 240 da Constituição Federal de 1988, estando, portanto, sujeita à auditoria do Tribunal de Contas da União.

A entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23/09/1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a entidade não apura lucro, portanto não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, artigos 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e Instrução Normativa nº 480/2004, artigo 3º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento e são isentas da COFINS.

2. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e previstas na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, Lei Complementar nº 101/2000 e segundo o Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria.

Em 21/11/2008, o Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução CFC nº 1.131/2008, que trata das transações no Setor Público, abrangendo as entidades regidas pela Lei nº 4.320/1964, incluindo-se os serviços sociais autônomos, e a internacionalização das normas contábeis. O Ministério da Fazenda, através da Portaria MF nº 184/2008, estabeleceu diretrizes a serem observadas por essas entidades, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais.

Posteriormente, a Portaria STN nº 749/2009, instruiu que as entidades regidas pela Lei nº 4.320/1964, pudessem, de forma facultativa, adotar esses efeitos em 2010 e 2011, com a obrigatoriedade a partir de 2012. A portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de adoção dos

Procedimentos Contábeis Patrimoniais até o exercício de 2014. Nesse contexto, considerando que entidade observa a mencionada lei, em função de sua natureza jurídica de serviço social autônomo, já vem adotando medidas iniciais para adaptação de seus registros contábeis à essa nova realidade.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do SENAI/RO em 26 de janeiro de 2018.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas respectivas notas explicativas e referem-se aos efeitos decorrente da (a) perda estimadas de créditos de liquidação duvidosa; e (b) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

2.5 Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados pelos valores em espécie, por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Os títulos representativos das aplicações financeiras são mensurados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, em contrapartida ao resultado do exercício e não excedem o valor de mercado.

As aplicações financeiras por exigência legal são mantidas exclusivamente no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

b) Créditos a Receber de Clientes

Referem-se a créditos junto a clientes, pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de serviços prestados na área de educação e tecnologia. São avaliadas no momento inicial pelo valor presente e não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre os títulos vencidos.

c) Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída a partir da análise dos títulos recebíveis, relativos à Prestação de Serviços Educacionais e Tecnológicos, em atraso há mais de 180 dias.

O saldo da provisão em 31/12/2017 soma R\$ 4.653.484,68, compondo a maioria em clientes pessoa física.

d) Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, 13ºsalário, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros e adiantamentos para realização de despesas de pronto pagamento.

e) Sistema Indústria – Conta movimento

Referem-se ao valor das operações compartilhadas entre as Entidade do Sistema Indústria de Rondônia: SESI, FIERO, IEL.

f) Convênios e Acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado para prestação de serviços educacionais, cujos recursos serão utilizados na execução dos projetos. Os ativos são reconhecidos pelo regime de competência, na medida em que os serviços são prestados. Os passivos são reconhecidos a medida em que os recursos são recebidos pela Entidade sem que os respectivos serviços aos quais se destinam tenham sido realizados.

g) Contas correntes ativas e passivas

Referem-se aos valores ativos e passivos decorrentes das transações realizadas entre os Departamentos Regionais, os Centros de Atividades e outras e direitos/obrigações junto a terceiros ou colaboradores.

h) Valores a apropriar

Referem-se aos valores repassados aos Departamentos Regionais do SENAI ou terceiros para execução de projetos de interesse do SENAI-DN. Os valores gastos na execução dos projetos são levados a resultado mediante aprovação das prestações de contas apresentadas pelas Entidades executoras.

i) Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, assinaturas de periódicos e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado, mensalmente, observando o período de vigência do contrato.

j) Depósitos para recursos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original e possuem passivos correspondentes, a menos que ocorra desfecho desfavorável da questão. Os passivos correspondentes estão demonstrados na nota explicativa nº 4.12.

k) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção deduzido das depreciações acumuladas.

l) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos e os bens cedidos não são depreciados.

m) Férias e Encargos a pagar

O montante de Férias e encargos sobre férias a pagar foi calculado com base na legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

n) Provisões para Riscos

As provisões para risco de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, considera-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas semestralmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

o) Demais Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

p) Ativo e Passivo compensado

As rubricas de compensado, com função precípua de controle, são utilizadas para consolidar atos e fatos ligados à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial, como bens custodiados em tesouraria, bens cedidos ou recebidos em comodato, e os depósitos de FGTS dos empregados não optantes que podem vir a afetar o patrimônio direta ou indiretamente.

q) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência conforme estabelecido pelos

Princípios de Contabilidade. Apresentam-se em conformidade com as práticas contábeis, dividindo-se em receitas e despesas correntes, e receitas e despesas de capital.

- **Receitas Correntes:** estão compostas pelas receitas de atividades próprias, como segue:

Receita de Contribuição: representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As empresas contribuintes da indústria recolhem ao SENAI 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos seus empregados. Além da contribuição compulsória, o SENAI tem uma contribuição adicional correspondente a 20% sobre a contribuição de 1%, devida apenas pelas empresas que têm mais de 500 empregados. São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias.

Transferências Correntes: referem-se às receitas de convênios firmados com outras Entidades do Sistema Indústria e parceiros de direito público, privado ou organismos internacionais, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.

Receitas e despesas financeiras: representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos, aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidos nos resultados pelo regime de competência.

- **Receitas de Capital:** consolidam os registros de amortizações de empréstimos concedidos com recursos próprios, com finalidade de execução orçamentária.

- **Despesas Operacionais:** consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Despesas Correntes: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.

Despesas de Capital: consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras e como de transferências de capital.

r) Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros**

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber - arrecadação, departamento nacional - conta movimento e convênios e acordos.

- **Empréstimos e recebíveis:** empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são demonstrados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva).
- **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** a Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

➤ Passivos financeiros

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, departamento nacional conta movimento, sistema indústria - conta movimento e convênios e acordos.
- **Mensuração subsequente:** após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
- **Empréstimos e Financiamentos:** os empréstimos e financiamentos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, conforme o período de amortização total da transação.

s) Isenção tributária

A entidade nos termos do Artigo 150 – inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal, detém de imunidade tributária por meio das atividades desempenhadas.

3. Ativo Circulante e Não Circulante

3.1 Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	29.844,91	22.074,41
Aplicações financeiras	9.579.281,90	8.112.027,06
Total	9.609.126,81	8.134.101,47

3.2 Créditos a receber

Os valores a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas.

Na rubrica Impostos a Recuperar, estão registrados valores a serem recuperados através de processo junto aos órgãos competentes ou fornecedores através de cobrança.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Clientes <i>(Prestação de Serviços em educação, tecnologia e consultoria)</i>	6.278.544,09	6.113.544,31
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.653.484,68)	(4.663.016,24)
Adiantamento a Empregados e Concedidos <i>(Salários, férias e 13º salário concedidos aos colaboradores, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros)</i>	266.617,94	353.724,57
Departamento Conta Movimento <i>(Valores a receber referente Cota Arrecad. Indireta, Subvenções)</i>	3.156.243,65	111.864,02
Valores em Cobrança (Cheques em cobrança)	14.885,14	14.885,14
Receitas a Receber <i>(Valores a receber referente a Projetos Estratégicos em andamento subsidiados pelo Departamento a Receber em 2018).</i>	15.391,56	3.719.971,82
Sistema Indústria Conta Movimento <i>(Valores referente a operações comuns entre o SENAI e as demais entidade do Sistema Fiero - vide Nota Explicativa 4.7)</i>	689.785,56	1.041.562,90
Convenio Arrecadação Direta (Termo de Cooperação Técnica)	2.091.943,30	1.963.248,81
Contas Correntes Ativas <i>(Valores a receber referente Avisos de Lançamento)</i>	163.753,82	3.366.677,44
Depósitos em Garantia	-	20.196,47
Impostos a Recuperar	10.471,01	885,70
Total	7.994.151,39	12.043.544,94

3.3 Estoques

Os estoques são representados pelo valor de custo de aquisição, sendo composto em sua maioria por materiais de expediente a serem utilizados pela entidade.

3.4 Depósitos para Recursos Judiciais

São depositados em conta judicial/recursal para recursos em fase de contestação provenientes de ações trabalhistas e cíveis demonstradas pelo valor original.

3.5 Imobilizado

Descrição	Taxa anual Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Bens Imóveis	2% aa	46.624.960,31	45.949.687,75
Terrenos	-	901.884,11	901.884,11
Prédios	2% aa	10.693.463,76	5.135.493,88
Construções em Andamento	-	35.029.612,44	39.912.309,76

Bens Móveis		38.766.753,85	38.739.806,28
Mobiliário em Geral	10%aa	3.538.415,39	3.575.958,20
Veículos	20%aa	6.391.953,39	6.391.953,39
Máquinas e Equip. em Geral	10%aa	20.774.812,15	20.717.112,04
Equip. Méd,Cirurg,Odont. e Labor.	10%aa	26.607,20	26.607,20
Equipamentos de Informática	20%aa	7.796.472,93	7.792.674,60
Equipamentos Esport.Artist.e Rec	-	600,00	600,00
Equipamentos de Comunicação	10%aa	83.323,99	75.868,99
Outros Bens Móveis	10%aa	154.568,80	159.031,86
Depreciação Acumulada		-26.453.733,14	-22.300.790,23
Total		58.937.981,02	62.388.703,80

As movimentações no ativo imobilizado no exercício de 2017 estão a seguir apresentadas:

Descrição	Saldo em Dez/2016	Adições	Baixas	Saldo em Dez/2017
Bens Imóveis	45.949.687,75	6.186.231,87	5.510.959,31	46.624.960,31
Terrenos	901.884,11	-	-	901.884,11
Prédios	5.135.493,88	5.557.969,88	-	10.693.463,76
Construções em Andamento	39.912.309,76	628.261,99	5.510.959,31	35.029.612,44
Bens Móveis	38.739.806,28	238.882,65	211.935,08	38.766.753,85
Mobiliário em Geral	3.575.958,20	4.047,81	41.590,62	3.538.415,39
Veículos	6.391.953,39	-	-	6.391.953,39
Máquinas e Equip. em Geral	20.717.112,04	152.074,92	94.374,81	20.774.812,15
Equip. Méd,Cirurg,Odont. e Labor.	26.607,20	-	-	26.607,20
Equipamentos de Informática	7.792.674,60	75.304,92	71.506,59	7.796.472,93
Equipamentos Esport.Artist.e Rec	600,00	-	-	600,00
Equipamentos de Comunicação	75.868,99	7.455,00	-	83.323,99
Outros Bens Móveis	159.031,86	-	4.463,06	154.568,80
Depreciação Acumulada	-22.300.790,23	172.658,03	4.325.600,94	-26.453.733,14
Total	62.388.703,80	6.597.772,55	10.048.495,33	58.937.981,02

A entidade está em processo de adaptação e padronização dos procedimentos contábeis para a adoção das normas internacionais aplicadas ao setor público, que incluem a revisão dos critérios utilizados para determinação da vida útil e econômica dos seus bens do ativo imobilizado e as análises de indicadores de perdas do valor recuperável destes bens, para identificar a necessidade ou não de registro de provisão para redução ao valor recuperável (impairment).

4. Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

4.1 Impostos, Taxas e Contribuições a recolher

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda	112.047,50	103.384,36
ISS	10.295,87	19.795,69
CSLL, COFINS e PIS/PASEP	40.524,86	16.874,46
Total	162.868,23	140.054,51

4.2 Salários e Encargos a Pagar

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários a Pagar	8.552,16	3.424,65
INSS	319.290,09	382.355,25
FGTS	135.012,32	109.353,39
PIS	17.923,90	13.551,86
Total	480.778,47	508.685,15

4.3 Férias e 13º Salários a Pagar

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Férias	1.348.958,21	1.508.379,21
13º Salário	-	-
Outras Provisões	49.165,41	719,25
Total	1.398.123,62	1.509.098,46

4.5 Departamento Conta Movimento

Com relação a Departamento Nacional (ativo), compreende a valores a receber em 2018 referente às receitas registradas na competência Dez/2017, tais como Arrecadação Indireta, Subvenções Ordinárias e Especiais.

Por sua vez, a obrigação é constituída pelos valores a serem transferidos ao Departamento Nacional referente à cota de 15% de Arrecadação Direta dos meses de Nov/17 e Dez/17.

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
Departamento Nacional	3.156.243,65	3.361.244,97
Total	3.156.243,65	3.361.244,97

Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Departamento Nacional	90.398,43	115.255,07
Total	90.398,43	115.255,07

4.6 Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo

A rubrica contábil Empréstimos e Financiamentos em Curto prazo são compostos por valores oriundos de financiamentos junto ao Banco do Brasil e BNDS. O registro de correção monetária, os quais são registrados mensalmente conforme competência, foi contabilizado em conta redutora para provisão mensal conforme competência.

4.7 Sistema Indústria Conta Movimento

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
SESI	457.371,91	722.210,29
FIERO	33.621,06	131.952,26
IEL	198.792,59	187.400,35
Total	689.785,56	1.041.562,90

Passivo	31/12/2017	31/12/2016
FIERO	46.081,18	86.305,49
SESI	32.010,63	684.617,08
IEL	33.160,46	131.325,80
Total	111.252,27	902.248,37

4.8 Convênios e Acordos

Compreende aos valores dos contratos de serviços educacionais a serem prestados no exercício de 2018 em sua maior totalidade, representados da forma a seguir:

Descritivo	Valor – Em R\$
Contratos - SENAI Marechal Rondon	229.758,68
Contratos - SENAI Vilhena	80.740,95
Contratos - SENAI Ji-Paraná	120.867,48
Contratos - SENAI Cacoal	36.529,45
Contratos - SENAI Ariquemes	29.992,88
Contratos - SENAI Metal Mecânica	100.752,66
Contratos - SENAI Construção Civil	21.621,25
Convênio - Governo Estado de RO	738.530,00
Total	1.358.793,35

4.9 Contas Correntes Passivas

Nas rubricas apresentadas a seguir, a maior representatividade em valores é composta por Apoios Financeiros recebidos pelo Departamento Nacional para serem apropriados no grupo de receita conforme execução, configurados em Projetos Estratégicos no montante de R\$ 1.573.286,12. Os demais se configuram em recebimentos não identificados e valores recebidos referentes acordos a serem quitados e baixados em clientes.

Descrição	2017	2016
Credores diversos	95.152,50	163.684,00
Cheques a compensar	320,00	19.588,47
Credores diversos VHA	11.190,47	10.951,40
Credores diversos JPR	13.546,51	17.175,67
Credores diversos MR	5.582,13	3.150,93
Credores diversos AQS	25.759,42	25.794,42
Credores diversos CAC	11.615,25	11.615,25
Credores diversos CETEM	72,00	1.211,39
Credores diversos Construção Civil	-	1.299,76
Projetos SENAI - Gestão	1.573.286,12	466.586,68
Créditos não identificados	-	29.569,50
Total	1.736.524,40	750.627,47

4.10 Outras Obrigações

A rubrica é composta por valores referente consignados em folha, seguros e associação sindical

descontada dos colaboradores, para serem repassados para entidades financeiras (Banco do Brasil; Sicoob, Senalba, Itaú) no montante de R\$ 3.409,34. Compõe o saldo também, os valores das matrículas recebidas antecipadamente dos contratos educacionais a serem prestados no exercício de 2018 no total de R\$ 47.684,04.

4.11 Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo

A rubrica contábil Empréstimos e Financiamentos em Longo Prazo é composto pelo valor oriundo de financiamento junto ao Departamento Nacional, BNDES e Leasing Financeiro BB no montante de R\$ 18.301.924,38. Não compreende aos valores, o registro de correção monetária, os quais são registrados mensalmente conforme competência. Os mesmos se subdividem da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Empréstimos SENAI DN	12.981.037,20	9.157.676,48
(-) Juros Sobre Empréstimo à Aprop.	(2.477.545,39)	-
Empréstimo e Finan. Op. externas - BNDES	7.343.634,39	1.855.958,48
Financiamento Leasing B.B.	324.609,12	1.623.045,60
Ajuste a Valor Justo - BNDS	223.596,32	-
(-) Juros Sobre Financiamento a Aprop.	(93.407,26)	(466.795,66)
Total	18.301.924,38	12.169.884,90

Em 03 de abril de 2012, o SENAI – Departamento Nacional, celebrou um contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Nº 12.2.0152.1, no valor de R\$ 1,5 bilhões, com taxa de juros nominal de TJLP+1,4%a.a, para a implantação do Programa SENAI de Apoio à competitividade da Indústria Brasileira, cuja execução cabe aos Departamentos Regionais.

Essa operação está suportado por um “contrato-mãe”, celebrado entre o Sistema SENAI e o BNDES, sendo as liberações de recursos suportadas por subcontratos, firmados com concordância dos Departamentos Regionais que recebem e aplicam os recursos liberados, em projetos específicos, previamente analisados e aprovados pelo BNDES.

O contrato prevê uma carência de 3 (três) anos para pagamento do valor principal e a amortização da dívida ocorrerá no período de 12 anos, contados do recebimento dos recursos.

A gestão do “contrato-mãe” cabe ao Departamento Nacional e os Departamentos Regionais são responsáveis pelo pagamento integral do empréstimo, juros e amortização.

Os valores liberados através dos subcontratos estão demonstrados no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme o prazo de vencimento das obrigações contratuais.

A Resolução nº 38/2016 do Conselho Nacional definiu a responsabilidade integral pelo pagamento do financiamento a cada Departamento Regional do SENAI e alterou o critério de reconhecimento da participação ajustada do Departamento Nacional quando da liquidação de cada parcela, na proporção do seu investimento, observada a tabela de fomento aprovada pelo Conselho Nacional por meio da Resolução 515/2011.

4.12 Contingência para Riscos Cíveis e Trabalhistas

As contingências judiciais e cíveis são provisionadas com base em relatórios fornecidos pela Assessoria Jurídica da FIERO, em alguns casos amparadas por depósitos judiciais.

Na data das demonstrações contábeis, a entidade apresentava os seguintes passivos, correspondentes aos prováveis desembolsos para pagamento de ações judiciais.

Descrição	Depósitos Judiciais	Provisão p/Dem. Judiciais	Obrigações Líquidas
Contingências Trab. Acumulada	663.603,32	5.784.827,77	5.121.224,45

As demandas judiciais trabalhistas consistem principalmente em reclamações de ex-empregados da entidade e de empresas terceirizadas onde a entidade responde na condição de solidária. Essas reclamações estão vinculadas a disputas sobre o montante pago durante a vigência do contrato de trabalho ou sobre demissões.

A probabilidade de um ou mais eventos futuros ocorrer como Possíveis foram apontados pela Assessoria Jurídica da FIERO no valor de R\$ 828.788,67.

4.13 Patrimônio Social

Em 2017 o patrimônio líquido da entidade apresentou o valor de R\$ 46.204.850,49.

Descritivo	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	54.063.809,10	76.700.410,95
Superávit/Déficit no exercício	(7.858.958,61)	(16.539.458,22)
Saldo no final do exercício	46.204.850,49	60.160.952,73

5. Resultado

5.1 Execução Orçamentária

O orçamento aprovado para o exercício de 2017 foi fixado em R\$ 34.087.789,13, e sua execução apresentou o seguinte resultado:

Descritivo	Valor – Em R\$
Receita Orçada	34.087.789,13
Receita Arrecadada	34.344.351,74
Arrecadada a maior	256.562,61
Despesa Autorizada	34.087.789,13
Despesa Realizada	38.386.289,11
Realizada a maior	(4.298.499,98)
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	4.041.937,37

A execução orçamentária se comportou conforme a seguir:

Receitas

Descritivo	Valor – Em R\$	%Total Da Receita
Receita de Contribuições	7.462.706,18	22%
Receitas Patrimoniais	1.121.358,98	3%
Receitas de Serviços	5.351.858,89	16%
Outras Receitas Correntes	96.572,05	0%
Transferências Correntes	19.872.562,63	58%
Receitas de Capital	439.293,01	1%
TOTAL GERAL DA RECEITA	34.344.351,74	

A Receita de Capital Total de R\$ 109.078,13, refere-se a contrapartida do Departamento Nacional referente a Correção Monetária do Financiamento junto ao BDNS.

Despesas

Descritivo	Valor – Em R\$	%Total Da Despesa
Despesas Correntes	35.841.944,10	93%
Despesas de Capital	2.544.345,01	7%
TOTAL GERAL DA DESPESA	38.386.289,11	

Gratuidade

Em conformidade ao artigo 10, §2º, do Regimento do SENAI, o Departamento Regional de Rondônia, destinou para gratuidade no exercício de 2017 o que corresponde a 67,7% da receita líquida de contribuição geral destinada à gratuidade.

Descritivo	Valor – Em R\$
Receita de Contribuição Compulsória Bruta	21.666.801,04
(A) Receita de Contribuição Compulsória Líquida	20.041.790,96
(B) Receita de Contribuição Compulsória Destinada à Educação	13.565.396,27
% Receita Líquida Destinada à Gratuidade	67,7%

Cálculos realizados de acordo com a metodologia de aplicação do compulsório em educação e em gratuidade no SENAI/RO conforme SENAI Nacional.

5.2 Variação Financeira

Em 2017 as disponibilidades financeiras (caixas e equivalentes de caixa) se apresentam da seguinte forma:

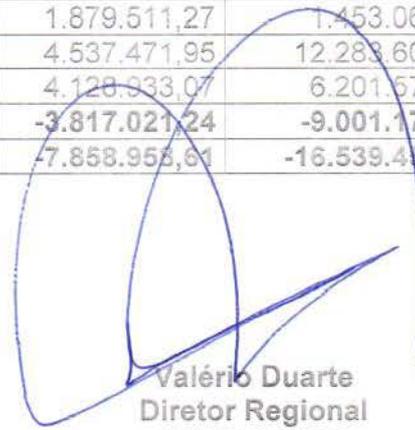
Descritivo	2017	2016
Saldo Financeiro do Exercício Anterior	8.134.101,47	20.496.939,01
Saldo Financeiro do Exercício Atual	9.609.126,81	8.134.101,47
Resultado Financeiro	1.475.025,34	(12.362.837,54)

5.3 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial em 2017 foi deficitário em R\$ 7.858.958,61 conforme demonstrado a seguir, decorrente pela continuidade da retração do mercado gerando assim perda de receitas de serviços, provisões contingenciais trabalhistas e ajustes patrimoniais (ativos e passivos).

Orçamentária	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Correntes	33.905.058,73	38.913.617,20
Receitas de Capital	439.293,01	7.446.734,18
Despesas Correntes	35.841.944,10	46.240.902,91
Despesas de Capital	2.544.345,01	7.657.727,30
Déficit Orçamentário (a)	-4.041.937,37	-7.538.278,83
Variações Patrimoniais/Financeiras		
Varição Patrimonial Ativa	2.969.872,51	8.030.934,50
Varição Financeira Ativa	1.879.511,27	1.453.062,38
Varição Patrimonial Passiva	4.537.471,95	12.288.600,88
Varição Financeira Passiva	4.128.933,07	6.201.575,39
Déficit Patrimonial (b)	-3.817.021,24	-9.001.179,39
Déficit do Exercício (a + b)	-7.858.958,61	-16.539.458,22


Pamela Duarte S. Mendes
 Contador - CRC/RO 8350/O-9
 Supervisora Contábil


Valério Duarte
 Diretor Regional
 SENAI DR/RO